

**Ana Carolina Utsch Corrêa**

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO VILA VIVA NO AGLOMERADO  
DA SERRA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA CRIMINALIDADE LOCAL**

**Belo Horizonte, MG  
Fundação João Pinheiro  
2010**

**Ana Carolina Utsch Corrêa**

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO VILA VIVA NO AGLOMERADO  
DA SERRA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA CRIMINALIDADE LOCAL**

Monografia de conclusão do curso de especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal, financiado pelo Ministério da Justiça através do RENAESP- Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, ofertado pela Fundação João Pinheiro.

Orientadora: Profa. Dra. Betânia Peixoto

**Belo Horizonte, MG  
Fundação João Pinheiro  
2010**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG

GEPAR – Grupo Especializado para Áreas de Risco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PGE– Plano Global Específico

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRODECOM – Programa de Desenvolvimento de Comunidades do Governo do Estado de Minas Gerais

PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGLOMERADO DA SERRA .....	7
1.1 Características urbanas e sociais do Aglomerado da Serra .....	9
1.2 - Sobre a Violência Local .....	15
CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA VILA VIVA .....	18
CAPÍTULO 3 - TEORIAS .....	21
3.1 - Desorganização social.....	21
3.2 - Teoria das oportunidades .....	22
3.3 - Teoria das Janelas Quebradas .....	23
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA.....	25
CAPÍTULO 5- ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	26
5.4 – Compreensões sobre a metodologia do programa Vila Viva .....	26
5.2 - Acesso a serviços / Infra-estrutura .....	28
5.3 - Vida em comunidade.....	29
5.4 - Criminalidade e violência .....	31
5.5 - Desenho da política .....	33
CAPÍTULO 6- CONCLUSÃO.....	35
BIBLIOGRAFIA .....	37
ANEXO .....	38

## INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho foi levantar a percepção dos moradores e agentes públicos que atuam no Aglomerado da Serra, o maior aglomerado de Belo Horizonte e próximo a bairros nobres da cidade, se houve algum impacto na dinâmica criminal após a intervenção urbana realizada pelo programa Vila Viva, uma política pública municipal de urbanização de favelas. Foram realizadas quatorze entrevistas em profundidade, sendo nove entrevistas estruturadas e outras cinco entrevistas não-estruturadas. As perguntas que orientaram estas entrevistas se basearam na hipótese apresentada pela teoria das oportunidades, da desorganização social e janelas quebradas, ou seja, que locais sujeitos a maior vigilância e controle social, influenciam os hábitos das pessoas e, assim, dificultam a ocorrência de crimes. O trabalho definiu o cenário que o programa Vila Viva se propôs a implementar e que de fato executou, esclarecendo quais as intervenções ocorridas, remodelando o espaço e possivelmente as relações sociais ali vividas. Para isto, foi fundamental analisar o desenho desta política pública, de modo a comparar a proposta com a execução. No entanto, cabe a ressalva que não foi disponibilizado nenhum documento oficial com a metodologia do programa Vila Viva, mas somente o Plano Global Específico – PGE, que se trata de um diagnóstico e planejamento das etapas de obras e demais atividades previstas para o Aglomerado da Serra. Também foram utilizadas algumas apresentações disponibilizadas pela equipe da Prefeitura, bem como os dados oficiais na página virtual do programa<sup>1</sup>.

Os resultados encontrados sinalizam que as percepções dos moradores sobre a política implementada é que houve enormes impactos trazidos pelo programa Vila Viva. As impressões variam entre boas e ruins, mas certamente todos concordam que o Aglomerado já não é mais o mesmo. A angústia vivida no início, sem saber como seria o resultado das intervenções, ainda persiste em relação a qual nova identidade o Aglomerado irá assumir. Em relação à política pública, também ficou perceptível a necessidade dos órgãos executores se articularem com outros setores, uma vez que um projeto de reurbanização afeta todos os aspectos da vida das pessoas, além da infraestrutura local.

---

<sup>1</sup> Site oficial do programa Vila Viva:

[<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0&>](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&)

Por fim, em relação à questão se há percepção de alteração na criminalidade local, as respostas são negativas. Apesar de serem unânimes as constatações de maior circulação de viaturas pelo Aglomerado, abertura de ruas, becos e vias, além de relatos de maior acesso a serviços públicos e um aumento no cuidado com o bairro, as pessoas não se sentem mais ou menos seguras e nem mesmo o policiamento local atribui os bons resultados contra o crime ao programa Vila Viva. O provável é que o tráfico de drogas, crime mais comum no local, não é atingido pelas obras de infra-estrutura urbana do programa no Aglomerado da Serra. Além disso, há aspectos a serem considerados em análises futuras, pois são aspectos que no longo prazo podem constituir fatores de proteção contra o crime, quais sejam, o aumento na organização social dos moradores do Aglomerado após o maior acesso a serviços públicos, a inserção da cidade informal na cidade formal, além do trabalho educativo do pré e pós-morar, etapas do Vila Viva que trabalham a transição para uma vida em condomínio.

Certamente numa revisão do desenho da política pública, agregando outros setores do poder público e atores locais importantes da sociedade civil, de modo a criar uma política pública intersetorial, favorecerá o impacto do Vila Viva em outros problemas sociais, como a alta criminalidade e violência em aglomerados.

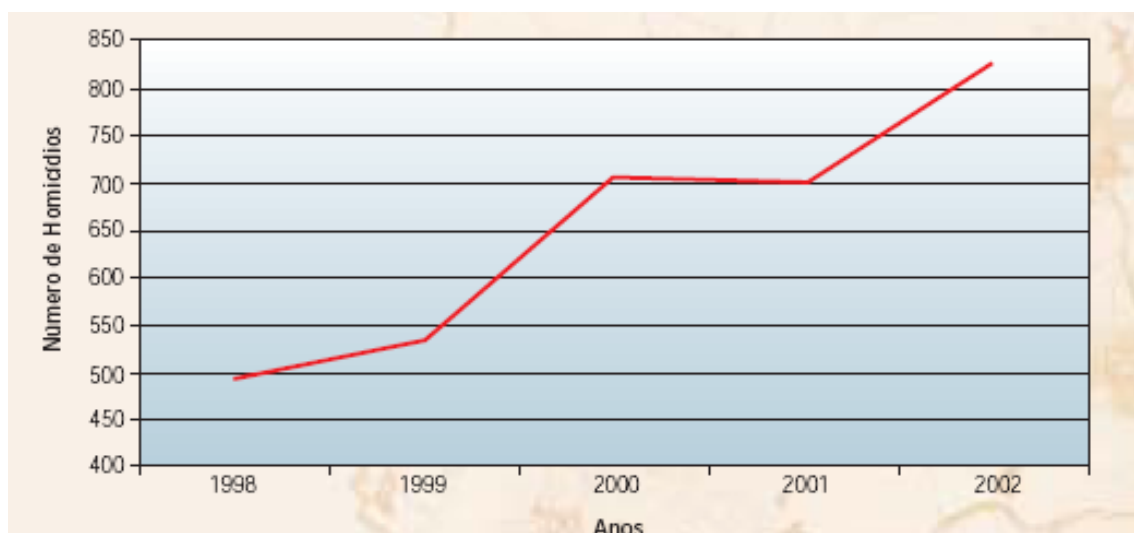
|

## CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGLOMERADO DA SERRA

A violência cresceu nos últimos anos a ponto de se tornar uma questão relevante na agenda política brasileira. Belo Horizonte não teve um cenário diferente. Por aqui, a criminalidade violenta cresceu de forma assustadora na década de 90 e na seguinte, com destaque para o crime de homicídio, o que incentivou a formulação e implementação de políticas públicas que buscassem reverter este quadro.

No Informativo de 2003, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentou dados comprovando o aumento dos crimes na capital mineira.

**Figura 1 – Número de Homicídios em Belo Horizonte entre 1998 e 2002**



Informativo CRISP – Fevereiro de 2003 (com dados trabalhados da DCCV- Delegacia de Crimes contra a Vida, PCMG)

No entanto, um fato considerável neste tipo de crime é que ele não se distribui igualmente por toda a cidade, mas concentra-se em alguns aglomerados. O diagnóstico apresentado abaixo foi, inclusive, subsídio para a implementação do Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo! da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Como evidenciado na Figura 2, o Cafezal possui um dos maiores registros de homicídios entre os aglomerados destacados. No entanto, estes dados não foram corrigidos por população, o que em proporções pode significar um quadro menos problemático, dado que o Cafezal é o aglomerado mais populoso da capital. Cabe aqui a ressalva de que o nome adotado neste trabalho será Aglomerado da Serra, uma vez que o Cafezal é

somente uma das Vilas que compõem o aglomerado. Como relatado nos documentos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a população local faz questão de ser reconhecida pela vila em que reside, portanto “Cafezal” é uma denominação limitadora (PGE/URBEL, 2000). A Figura 2 apresenta a Evolução dos Homicídios em Belo Horizonte e principais aglomerados, entre 1998 e 2002:

**Figura 2 – Evolução dos Homicídios em Belo Horizonte e principais aglomerados**

	1998	1999	2000	2001	2002
Cafezal	27	38	31	34	30
Morro das Pedras	18	14	27	32	32
Morro do Papagaio	16	29	37	39	20
Pedreira Prado Lopes	6	4	8	5	5
Taquaril	11	13	42	17	43
Cabana	4	14	23	12	34
Total BH exceto favelas	412	424	534	560	683
Total BH	494	536	702	699	825

Fonte: Informativo CRISP – Fevereiro de 2003

Um fator que conecta as intervenções públicas na área social se trata do índice de vulnerabilidade social, que pode ser avaliado pelo Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), calculado pela PBH e que engloba os seguintes fatores: padrão de acabamento das residências, taxa de ocupação, taxa de mortalidade infantil, anos de estudo, taxa de analfabetismo da população, índice de infraestrutura urbana e índice de oferta de proteção social. Segundo o mesmo Informativo (CRISP, 2003), os principais aglomerados violentos também apresentavam os piores IQVU's, segundo cálculo deste índice em 1996.

Foi esta mesma preocupação em reduzir a vulnerabilidade social que embasou a intervenção da Prefeitura no Aglomerado da Serra. No documento que orientou as intervenções do Vila Viva, denominado Plano Global Específico (PGE), produzido pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), a metodologia adotada parte do conceito de “patrimônio dos pobres”, definido pelo Banco Mundial a partir dos estudos da antropóloga social Caroline O. N. Moser (PGE/URBEL, 2000). Segundo o conceito, cada um de nós quer ser reconhecido pelo que tem e pelo seu potencial e não pelo que

falta. Assim, uma intervenção pública deve buscar valorizar o que há num local, o “patrimônio dos pobres”, reforçando-o de modo a integrar o aglomerado com o restante da cidade. O Plano Global Específico – PGE do Aglomerado da Serra foi fundamental para estudar o Vila Viva no local, porque se trata de um documento que traz a previsão das intervenções públicas nos aspectos urbanístico-ambiental, jurídico e sócio-econômico e organizacional. Em seguida, é produzido um diagnóstico integrado de todos estes aspectos para então estabelecer, através da mobilização comunitária, as propostas de intervenções e sua hierarquização, trabalho este feito junto aos técnicos da Prefeitura.

A questão que surge e que esta pesquisa busca esclarecer é sobre o impacto que ações de urbanização no Aglomerado da Serra, que atuam sobre a vulnerabilidade social, podem ter na violência local, principalmente na criminalidade violenta<sup>2</sup>.

### **1.1 Características urbanas e sociais do Aglomerado da Serra**

Como esta monografia tem um foco muito específico de recorte no espaço, é imprescindível recuperar o histórico do Aglomerado da Serra, marcado pela ocupação irregular. Este é o contexto para compreender a criminalidade que ali se instala e as principais ações de intervenção do programa Vila Viva.

No documento do PGE/URBEL (2000), há um relato da história do Aglomerado da Serra dentro de um contexto geral de constituição de favelas em Belo Horizonte. Segundo o PGE/URBEL, as favelas mais antigas se instalaram nas áreas menos valorizadas pela sua declividade, mas próximas ao centro urbano que se formava.

---

<sup>2</sup> Criminalidade violenta: contra o patrimônio - roubos consumados e roubos a mão armada (assaltos) - e contra a pessoa - tentativas de homicídios, homicídios consumados, tentativas de estupros e estupros consumados.

## **Evolução da ocupação em Belo Horizonte: planta original de 1895**



Fonte: Apresentação Urbel/PBH

Outro documento analisado para compreender o Aglomerado da Serra se trata do Diagnóstico Qualitativo do Aglomerado Serra, Vila Nossa Senhora da Conceição, Vila Santana do Cafezal e Vila Marçola (CRISP, 2005), contratado pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) como etapa prévia à instalação do Núcleo de Prevenção à Criminalidade, que engloba os programas Fica Vivo – Controle de Homicídios e Mediação de Conflitos. O documento também traz um relato da história de constituição das principais Vilas do Aglomerado da Serra. Segue um resumo destes dois documentos sobre a formação do Aglomerado, com relatos sobre as principais vilas existentes em 1966:

**Vila Nossa Senhora da Conceição (“Vai-quem-quer”):** formou-se em 1954 com migrantes das cidades de Raul Soares, Montes Claros Teófilo Otoni, São Pedro dos Ferros e Rio Casca. Em 1966 possuía 824 domicílios com 4062 habitantes.

**Vila Marçola (“Cabeça-de-porco”):** formou-se na década de 1960, com moradores do interior do estado, vivendo em casas de papelão e lata. Localizava-se na atual área do Clube Minas Tênis II.e também chegou a ocupar a rua do Hospital Evangélico, onde a Polícia fez várias remoções à força. Havia muita criação de porcos, daí o apelido “cabeça de porco”, além do formato da Vila, em forma de A, que também lembra o

focinho do porco. Em 1980, graças à Secretaria de Estado do Trabalho e a uma ONG alemã, serviços de água e luz chegaram ao local, juntamente à abertura de ruas. Em 1966, possuía 530 domicílios e 2740 habitantes.

**Vila Nossa Senhora do Rosário/ Vila Conceição (“Pau-comeu”):** com 623 domicílios e 2758 habitantes. Segundo o documento PGE/URBEL (2000), acredita-se, pela localização e apelido, que esta seja a vila atualmente conhecida como Vila Conceição.

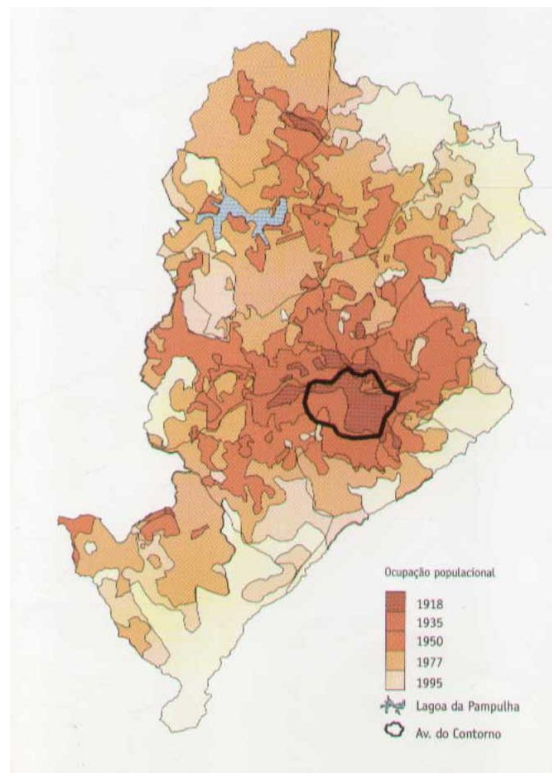
**Vila Santana do Cafezal:** surge somente em 1975 com ocupação planejada, a partir de atuação conjunta de amigos e conhecidos, a fim de atender aos futuros moradores do topo da área a caminho para o Bairro Santa Efigênia. Escolhiam-se os moradores para ocupar as áreas, davam-se nomes às ruas e entregavam lotes aos que se estabeleceriam ali.

**Outras Vilas do Aglomerado:** formaram-se em pouco tempo, motivadas pela proximidade das obras de urbanização. Relatos da população local mais antiga dizem que a convivência era pacífica e a circulação era livre.

Infelizmente, essa livre circulação não se mantém com a configuração do tráfico e das gangues, o que motiva uma ação do Núcleo de Prevenção à Criminalidade em 2007, conforme consta no Plano Local de Prevenção à Criminalidade do Aglomerado da Serra:

Esta ação se justifica devido ao comprometimento do acesso da população da Chácara ao Centro de Saúde Conceição (Centro de Saúde da área de abrangência da região da Chácara) por causa das fronteiras territoriais delimitadas pela disputa entre gangues rivais (PACTO, 2007: 49).

## **Evolução da ocupação em Belo Horizonte, 2008: destaque para o Aglomerado da Serra**



Fonte: PBH/2008

No fim da década de 70, a especulação imobiliária e a execução de obras de melhoria da cidade expulsaram moradores das favelas na via leste-oeste que acabaram por migrar para favelas mais próximas ao centro urbano, o que causou o “inchamento” do Aglomerado da Serra. Esta atuação do poder público na década de 70 traduz o pensamento à época de sanear a cidade e expulsar as famílias de baixa renda. Esconder o indesejado em locais sempre mais afastados da cidade

Na década de 80, a atuação pública se altera e surgem políticas de manutenção das populações de favela, mas com melhorias urbanas. A Vila Senhora Santana do Cafezal foi piloto do projeto Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) do Governo do Estado de Minas Gerais/ Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral em 1982, tendo cerca de 800 famílias à época. O resultado foi um sistema viário “consideravelmente definido”, fornecimento de água e luz, formação de Associação dos Moradores, instalação de chafarizes, coleta de lixo e varrição, rondas policiais (PGE/URBEL, 2000) e um pouco depois, instalação da 1ª escola de 1º grau, posto de saúde, creche e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (CRISP,

2006). O PRODECOM atuou ainda na Vila Fátima com obras de drenagem e na Vila Nossa Senhora da Conceição com obras de rebaixamento da rede de água, colocação de meios-fios e asfalto (PGE/URBEL, 2000).

O aglomerado é composto atualmente por sete Vilas, quais sejam: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Marçola, Santana do Cafezal, Novo São Lucas e Fazendinha. Segundo a contagem demográfica do IBGE (1996), havia 36.974 pessoas no Aglomerado da Serra. Segundo dados apresentados pela PBH, atualmente há 46.086 habitantes no Aglomerado da Serra e 13.462 domicílios. A área total do Aglomerado é 150,93 hectares, segundo apresentação da URBEL.

**Figura 3 – Mapa das principais Vilas do Aglomerado da Serra (2010)**



**Fonte: Arquivo PBH/URBEL (2010)**

Apesar de todas essas intervenções, o Aglomerado da Serra foi considerado como área de alta exclusão social, segundo pesquisa da Pontifícia Universidade Católica- PUC/MG e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, realizada em 1996, e foi classificado em 6º lugar no índice de vulnerabilidade social, em um ranking com as unidades de planejamento de Belo Horizonte, que considerou dados como mortalidade infantil, renda média, acessos à moradia, à escola e à saúde, entre outros (PGE/URBEL, 2000:23). Ainda segundo esta pesquisa, os dados demográficos do Aglomerado dizem que há idêntica proporção de homens e mulheres, sendo que mais de 50% da população é de cor parda. A maior faixa etária vai de 19 a 59 anos, tendo grande destaque também para as crianças de até 11 anos. A renda média é de um a dois salários mínimos e a porcentagem de analfabetos é de 24,29%, comparada a uma taxa de 26,27% de analfabetos funcionais em Minas Gerais no ano 2000, segundo pesquisa do INEP/MEC de 2003. No Brasil, a taxa de analfabetismo é de 9,7% para pessoas com 15 anos de idade ou mais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009.

No Plano Global Específico (PGE) do Aglomerado, há uma lista de equipamentos, programas e projetos existentes na Vila que possibilitam a redução das vulnerabilidades, quais sejam: escola estadual que recebe atividade de ONG focada em reforço escolar e práticas esportivas; creche que atende a 72 crianças e conta com profissionais de nível superior, inclusive pela parceria com a Faculdade Newton de Paiva; associação comunitária na Vila Marçola e três igrejas, todos com atividades sociais para a população do Aglomerado da Serra. Há ainda um diagnóstico apontando os principais equipamentos públicos ao redor do Aglomerado da Serra, o que demonstra o potencial da localização do Aglomerado na cidade de Belo Horizonte.

## **1.2 - Sobre a Violência Local**

O Diagnóstico Qualitativo do Aglomerado Serra, Vila Nossa Senhora da Conceição, Vila Santana do Cafezal e Vila Marçola (CRISP, 2005), por se tratar de um diagnóstico para implementação de uma política pública de defesa social, traz um recorte do olhar da comunidade e atores locais sobre a violência. O resultado é a percepção de que o tráfico de drogas é tido como a causa da violência local, sendo que a tensão aumenta nos momentos de disputa entre os grupos. Os relatos do documento da polícia militar local, o Grupo Especializado para Áreas de Risco (GEPAR), sobre as ocorrências mais frequentes se tratam de violência familiar e outros tipos de atendimentos que, segundo eles, fogem ao escopo da PMMG. De acordo com relatos do próprio GEPAR, eles realizam atividades com os comerciantes para reduzir a extorsão por parte dos criminosos, e visitas diárias aos centros de saúde e aos locais de maior movimento das vilas, mas também atendimento aos chamados de ocorrências estranhas às suas atribuições (conflitos familiares, partos, brigas entre vizinhos):

Nós somos chamados para cada coisa!... e muitas vezes não dá tempo de chegar, a maioria é conflito familiar. Membro do Gepar (CRISP, 2006:44).

Além disso, o GEPAR relata que uma ação que facilitaria o trabalho da PMMG seria a urbanização dos becos, exatamente o que se propõe o Vila Viva:

Mas segundo os membros do Gepar, o que mais atrapalha o trabalho no aglomerado são a falta de urbanização dos becos que tem dificultado o serviço deles e de outros (CRISP, 2006:44).

Coube voltar ao local agora e questionar se a demanda do GEPAR foi atendida pelas intervenções do Vila Viva.

No PGE/URBEL também há relatos da atuação da polícia militar tentando conter a ocupação irregular na Vila Novo São Lucas, a mais recente do Aglomerado da Serra.

A ocupação foi sempre vigiada de perto pela polícia que muitas vezes usou a força para forçar a desocupação. Um dos recursos utilizados pela população era construir os barracos à noite. Outra estratégia era intensificar o adensamento populacional na busca de reforçar o poder de negociação frente às pressões contrárias à ocupação do terreno (PGE/URBEL, 2000:67).

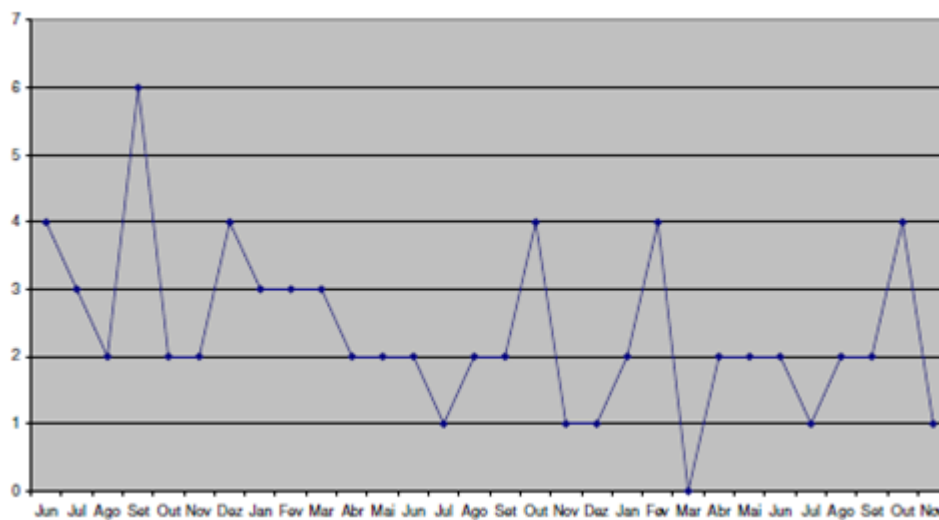
Outro documento analisado e que se refere à política de prevenção à criminalidade executada pela SEDS, trata-se do Plano Local de Segurança Pública (PACTO, 2007), que busca estabelecer junto à comunidade atendida as principais demandas a serem enfrentadas, detalhadas num planejamento. Uma situação diagnosticada se refere à desarticulação das diversas instituições que atuam no Aglomerado, mesmo que muitas lidem com o mesmo tipo de problema: a violência entre crianças e jovens.

Dentre vários pontos que se pode destacar nesta fase, percebeu-se que mesmo existindo uma ampla rede de instituições parceiras, existe uma grande dificuldade em relação a articular e mobilizar participantes para ações conjuntas. Existem muitas ações isoladas e o desconhecimento e a falta de informações sobre as atividades realizadas cotidianamente nas vilas do Aglomerado da Serra constituem um fator importante para a comunidade, mas ao mesmo tempo poderia ter muitos outros efeitos se os parceiros compartilhassem suas ações (PACTO, 2007:17).

É importante avaliar se o Vila Viva impacta na articulação da rede de instituições locais, à medida que atua em diversas frentes – habitação, saúde, educação, lazer, etc. Além disso, locais bem articulados tendem a se fortalecer contra a violência e criminalidade, conforme será esclarecido no Capítulo 3, quando for apresentada a Teoria da Desorganização Social.

Por fim, seguem dados relativos ao número de homicídios no Aglomerado da Serra, para monitoramento do programa Fica Vivo – Redução de Homicídios. Trata-se de uma série histórica que vai desde a inauguração do programa Fica Vivo até novembro de 2008.

**Figura 4 – Dados de homicídio no Aglomerado da Serra, para monitoramento do programa Fica Vivo – 2004 a 2008:**



Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – Maio de 2009

A análise dos dados mostra que a média mensal de homicídios caiu de três casos em 2004 para dois casos em 2008. Contudo, não é possível dizer se o programa Vila Viva teve impacto nesta redução, até mesmo porque o próprio programa Fica Vivo, bem como as intervenções policiais também são fatores que podem influenciar neste resultado e, na verdade, possuem ações específicas para este problema, aumentando a probabilidade desta relação causal. As entrevistas com os agentes de segurança pública que atuam no local procuram esclarecer esta questão.

## **CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA VILA VIVA**

O Programa Vila Viva é uma política pública de urbanização de favelas da Prefeitura de Belo Horizonte que teve como primeiro local de intervenção o Aglomerado da Serra, com obras que se iniciaram em 2005. Como primeira etapa do programa, realiza-se o Plano Global Específico - PGE das Vilas, que se trata de um estudo aprofundado sobre Vilas e favelas de Belo Horizonte, contando com a participação direta da comunidade, através de três etapas de elaboração: i) levantamento de dados; ii) diagnóstico integrado dos principais problemas da área em estudo; iii) definição das prioridades e das ações necessárias para atendê-las. O PGE do Aglomerado da Serra foi iniciado no final de 1998 e concluído no ano 2000.

Ao longo do documento PGE/URBEL do Aglomerado da Serra, vários equipamentos públicos já instalados são listados e compreendidos como possíveis redutores da vulnerabilidade local: centros de saúde; escolas; proximidade com Hospital da Baleia e Parque das Mangabeiras; diversos grupos culturais e atividades esportivas desenvolvidas pela Prefeitura. Para relativizar estes dados, cabe analisar as demandas das diversas Vilas do Aglomerado para a Prefeitura, à época da elaboração do PGE:

- Demanda por saneamento básico é quase unânime em todas as Vilas;
- Demanda por re-alocação de áreas de risco, contenção de encostas e regularização fundiária;
- Demandas por outros equipamentos sociais: escolas, postos de saúde, áreas para prática de esporte e lazer, inclusive como prevenção ao consumo de drogas pelos jovens;
- Melhoria do sistema viário, inclusive com pavimentação de ruas.

Um fator que pode ser concluído é que mesmo após o PRODECOM, o programa de intervenção pública da PBH em 1982, e apesar dos diversos equipamentos públicos e privados de prestação de serviços sociais, há demandas básicas no Aglomerado, como saneamento e regularização fundiária, bem como contenção das áreas de risco, o que justifica a intervenção municipal com uma política urbana tal qual o Vila Viva. Pelo relato da PBH sobre as intervenções realizadas, é possível perceber que várias das demandas da comunidade procuraram ser atendidas.

Dentre as intervenções realizadas pelo programa, estão as obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para prática de esportes e lazer. Concluída a urbanização, a área será legalizada com a emissão de escrituras dos lotes aos participantes do programa. O programa Vila Viva conta ainda com ações de promoção social e desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda.

O recurso para execução do programa advém do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, além de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal.

Segue abaixo a lista das principais intervenções realizadas:

- Abertura da Avenida Cardoso: um dos principais acessos ao Aglomerado, permitindo integrá-lo aos bairros do entorno;
- Urbanização de becos: pavimentação, drenagem, escadarias e contenções. Nas áreas remanescentes, serão construídas quadras esportivas;
- Barragens de retenção: são duas barragens no córrego Cardoso, a fim de evitar as inundações na Avenida Mem Sá;
- Construção de unidades habitacionais: são 808 apartamentos de 2 e 3 quartos, sendo que 688 já foram entregues (dados de julho/2010);
- Parque esportivo com campo de futebol oficial, vestiários, arquibancadas, alambrados, iluminação, além de quadra poliesportiva e estacionamento;
- Requalificação ambiental e urbana, com criação de praças e parques ecológicos, além de áreas de recreação como quadras de basquete de rua, pista de parkour, skate e bicicross;
- Erradicação das áreas de risco, com construção de muros de contenção de ladeiras e inundações e re-vegetação de taludes;
- Implantação de 216 postes de luz;
- Implantação do sistema de saneamento, ampliação da coleta de resíduos sólidos e incentivo à coleta seletiva;
- Construção do prédio para o programa BH Cidadania na Vila Fátima e de uma Unidade Municipal de Educação Infantil na Rua Capivari;

- Programa de educação sanitária e ambiental;
- Cursos de qualificação e utilização da mão-de-obra local nas construções: 60 pessoas qualificadas em corte e costura (fizeram uniformes dos trabalhadores da obra) 60 formandos em pedreiro em alvenaria estrutural, carpinteiro e armador. Todos em parceria com a UFMG e CEFET/MG;
- Cursos em jardinagem e formação de viveiros de plantas, curso de auxiliar de cozinha e garçom, e curso de eletricista de instalações prediais, este em parceria com a CEMIG;
- Regularização fundiária: após a urbanização serão iniciados os trabalhos para a regularização fundiária das vilas, com a aprovação de parcelamento e titulação das áreas de propriedade municipal aos moradores.
- As áreas de propriedade particular serão objeto de ações de usucapião.
- Áreas estaduais serão tituladas mediante convênio a ser assinado pela PBH e Estado.

A participação da comunidade no diagnóstico e na decisão sobre as obras a serem realizadas é uma condição do processo, segundo a PBH. Neste sentido, os dados relativos à participação apresentados pela Prefeitura são os seguintes:

- Remoção e reassentamento: 33 trechos de obras, com cerca de 8.350 participantes (17% da população) das Vilas Fátima, Marçola, Cafezal, Aparecida e Novo São Lucas;
- Pré e pós-morar: 248 reuniões de grupos de famílias reassentadas, com cerca de 6200 participantes;
- Programa de Educação Sanitária e Ambiental: cerca de 8 mil participantes;
- Plano de Comunicação e Mobilização Social: reuniões com cerca de 8 mil pessoas; visitas pelo Aglomerado com mais 4,5 mil participantes.

Mas como essas intervenções urbanas podem impactar na criminalidade do Aglomerado da Serra?

## **CAPÍTULO 3 - TEORIAS**

Os estudos sobre as causas da criminalidade são amplos, então aqui neste trabalho o recorte será feito com base em teorias ecológicas, que levam em consideração o ambiente para apontar possíveis fatores facilitadores do crime. Não serão utilizadas, portanto, teorias que buscam motivações pessoais, focadas no indivíduo que comete crime. A partir desta escolha, as seguintes teorias e estudos serão referência para o trabalho: desorganização social, teoria das oportunidades e teoria das janelas quebradas.

### **3.1 - Desorganização social**

Proposta inicialmente pelos professores da Escola de Chicago, Clifford Shaw e Henry McKay em 1942, essa teoria leva em conta primeiro o contexto em que o crime ocorre para em seguida avaliar o que favorece um indivíduo a cometer um crime. Assim, pode ser complementada à teoria do Controle Social, que analisa esse segundo momento.

Para a teoria da Desorganização Social, uma comunidade apresenta alta criminalidade quando encontra dificuldades em compartilhar valores comuns e, conseqüentemente, controlar a atitude de seus membros. Para Shaw e McKay, a conjugação de três fatores leva a uma baixa capacidade da comunidade se auto-regular, gerando quadro de “desorganização social”. Os três fatores são: alta rotatividade residencial; alta heterogeneidade étnica; pobreza.

Em 1993, Bursik e Grasmick (NASCIMENTO, 2004) criticam que o modelo de Shaw e McKay era de difícil aplicação empírica e assim, propõem complementação da teoria, levando a um modelo que sugere usar a teoria do Controle Social para o grupo. A teoria do Controle Social complementa idéia proposta na teoria da Desorganização Social.

Ao contrário do que haviam proposto Shaw e McKay, o que está sendo colocado por Bursik e Grasmick é que a concentração de desvantagens em determinadas comunidades (tanto econômicas quanto estruturais e sociais) não seriam motivadores diretos do crime, mas sim indiretos. Em um primeiro momento a pobreza e a desestruturação social minam as instituições que são responsáveis pela socialização e pelo controle do comportamento dos indivíduos. Somente então, estas comunidades perdem sua capacidade de estabelecer uma gama de valores comuns e de resolver internamente seus problemas, criando assim o cenário adequado para o surgimento da violência e da criminalidade (NASCIMENTO:2004).

O modelo de análise destes autores é composto por três níveis de controle social, ou seja, três formas de compreender como as redes sociais e suas interações influenciam diretamente no controle do crime:

- Nível privado: refere-se aos grupos primários informais e íntimos. Controle está relacionado a sentimentos, apoio social e estima compartilhada. São as relações entre familiares, amigos e pessoas mais próximas.
- Nível paroquial: refere-se às relações interpessoais em um nível mais amplo, como as instituições locais – lojas, escolas, igrejas e organizações da sociedade civil. Relações entre vizinhos, por exemplo.
- Nível público: refere-se à habilidade da comunidade de garantir serviços e bens públicos para sua região, inclusive policiamento.

Quanto maior a capacidade de organização nestes três níveis, maior a vigilância sobre o local e menor o risco de ocorrências criminais.

A teoria da desorganização social é difícil de ser operacionalizada, uma vez que os dois primeiros níveis de controle social se referem a aspectos sobre os quais o governo tem pouca interferência. De toda forma, o nível público pode ser uma medida considerada para compreender a criminalidade no Aglomerado da Serra. Há que se lembrar que o Vila Viva teve este local como piloto, o que poderia ser explicado pela capacidade de organização da comunidade local. Cabe esta averiguação, bem como os efeitos que o programa teve sobre este aspecto, uma vez que é um princípio do Vila Viva trabalhar de modo participativo.

Contudo, há que se lembrar que os fatores não estão isolados. Problemas de vulnerabilidade social se associam neste quadro de baixo controle social: pais que trabalham todo o dia fora cuidam menos de seus filhos; menor oferta de creches ou escolas no bairro facilita para que haja crianças sem vigilância; moradores com medo ocupam menos espaços públicos e interagem menos. Desta forma, aglomerados urbanos estão sujeitos à maior ocorrência de crimes, principalmente crimes violentos.

### **3.2 - Teoria das oportunidades**

Paul e Patrícia Brantingham escreveram em 1981 e em 1984 dois livros que são referência no estudo das oportunidades numa vizinhança para o comportamento

criminoso (Brantingham, 1981/1984 *apud* Bursik *et al*, 1993). Segundo eles, a dinâmica para este tipo de crime envolve que o criminoso conheça locais da cidade que garantam mais oportunidades à sua atividade. Logo, isso exige que sejam locais onde eles possam ter circulado e estudado a dinâmica. O próximo estágio é um cálculo das áreas de maior probabilidade e sucesso de atuação, por exemplo, que não sejam casas de traficantes que possam revidar o crime. Finalmente, o potencial ofensor seleciona as casas, dentro das áreas previamente selecionadas, que melhor caibam em sua expectativa de agir criminosamente.

Por ser um modelo extremamente racional, outros criminologistas criticaram os Brantingham e propuseram modelos de racionalidade limitada.

Cohen e Felson (BURSIK, 1993) propuseram um modelo com base nas atividades rotineiras das pessoas. Segundo eles, algumas condições devem estar presentes para que a oportunidade para o crime aconteça, quais sejam: ofensor motivado, um alvo e um local sem vigilância, ao mesmo tempo e no mesmo local (Cohen e Felson, 1979 *apud* Bursik *et al*, 1993). Quando se analisam as variáveis utilizadas para medir a teoria das oportunidades, percebe-se uma aproximação com a perspectiva da desorganização social, no que se refere a controle social como forma de vigilância. Por exemplo, na pesquisa de Sampson e Wooldredge de 1987 (Sampson e Wooldredge, 1987 *apud* Bursik *et al*, 1993), a estrutura familiar em uma vizinhança teve efeito de guardião em todas as análises testadas.

Cabe avaliar qual a configuração do Aglomerado da Serra em relação a variáveis que interfiram no triângulo proposto no modelo de Cohen e Felson, principalmente após a intervenção pelo programa Vila Viva.

### **3.3 - Teoria das Janelas Quebradas**

Publicada em 1982 por James Q. Wilson e George Kelling (1982), esta teoria acredita que se pequenos delitos não forem contidos, outros maiores podem surgir. Isto pelo fato de que o agressor percebe a desordem social a partir de cenários degradados. Ou seja, se uma “janela foi quebrada” e ninguém consertou é porque ali não há quem se importe com este patrimônio. Esta situação de desordem social também explica o medo da vizinhança em relação ao seu bairro, pois sentem que o risco de vitimização aumenta. Contudo, este isolamento reforça fatores de baixa vigilância que, por sua vez, facilitam novos registros de crimes.

Esta teoria foi base para a política de segurança pública aplicada em Nova York, mas que tem sido amplamente criticada, tanto pelos resultados – alegam que outras políticas sociais seriam as responsáveis pelo impacto na criminalidade - quanto pelo método repressivo de atuação policial em sua justificativa. De toda forma, é uma teoria interessante para se compreender a criminalidade no Aglomerado da Serra e o impacto do Vila Viva, já que traz a hipótese de que espaços recuperados e bem cuidados sinalizam controle sobre o local e evitam a ocorrência de crimes. Por sua vez, a teoria também condiz com a constatação de que são os aglomerados urbanos os locais com maior concentração de crimes, sendo também estes locais os mais degradados da cidade, com problemas de acesso a saneamento básico, moradia digna, iluminação pública, entre outros, como foi possível constatar nas demandas expressas para o Aglomerado da Serra, no documento PGE/ URBEL.

## **CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA**

O objetivo desta pesquisa é entender se a intervenção no espaço urbano promovida pelo Vila Viva interfere na criminalidade do Aglomerado da Serra, principalmente nos crimes violentos. Portanto, as hipóteses a serem analisadas são:

- A melhoria urbana produzida pelo Vila Viva reduziu a criminalidade violenta no Aglomerado da Serra;
- A melhoria do acesso aos locais, iluminação e organização das moradias diminuiu as oportunidades para o crime;
- A remodelagem dos espaços significou acesso a serviços públicos e direitos de cidadania, propiciando maior controle público;
- A comunidade local passou a se sentir mais responsável pelo bairro, impedindo que as degradações retomassem ou que os espaços ficassem esvaziados.

A metodologia para averiguar essas hipóteses foram entrevistas em profundidade com os diversos atores envolvidos e conectados ao problema de pesquisa, buscando entender como eles percebem o efeito do programa Vila Viva na violência local. Estes atores são: i) moradores, entrevistados aleatoriamente e ii) dois jovens moradores que são lideranças juvenis devido à conexão com grupos culturais fortes no Aglomerado; iii) gestores públicos municipais; iv) técnicos em segurança pública e a polícia militar, especificamente o GEPAR, que atuam (ou atuaram) no Aglomerado. No total foram realizadas nove entrevistas estruturadas e cinco entrevistas não-estruturadas, sendo que três relatos foram retirados de uma reunião específica para tratar sobre o Vila Viva, convocada pelo programa Pólos Cidadania.

Nas entrevistas com os gestores do programa Vila Viva, além de perguntar sobre as hipóteses supracitadas, perguntou-se sobre o planejamento e qual foi a real execução do programa, delimitando as diferenças entre as duas etapas, já que isso diz muito do aprendizado sobre a política em foco.

Vale ressaltar que a PBH possui um material padrão a ser disponibilizado para pesquisas sobre o Vila Viva e que ainda recebi gentilmente outras apresentações da Prefeitura sobre o programa. Assim, o principal documento de estudo sobre o Vila Viva foi o Plano Global Específico – PGE do Aglomerado da Serra, não tendo sido disponibilizado qualquer outro documento com a metodologia do programa.

## **CAPÍTULO 5- ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Foram realizadas entrevistas com quatro grupos de pessoas: gestores públicos, moradores do Aglomerado da Serra, jovens protagonistas que moram no Aglomerado e técnicos de segurança pública que atuam no local. Este capítulo está organizado por tema, de modo que as diversas percepções dos entrevistados possam ser cruzadas e analisadas.

### **5.4 – Compreensões sobre a metodologia do programa Vila Viva**

Na entrevista com a técnica do programa Vila Viva, ficou claro como o programa reflete demandas antigas da população local por melhorias na infra-estrutura, sendo que todas foram reunidas em um grande planejamento, a fim de evitar gastos desnecessários de recurso público. Segundo a técnica, os orçamentos participativos foram a inspiração para a constituição do PGE, documento de planejamento que reúne as intervenções necessárias. Já existia um grupo atuante de moradores que requisitavam diversas obras no Orçamento Participativo, no Orçamento Participativo da Habitação e diretamente na Urbel, contudo, pelo caráter isolado de cada obra, às vezes uma construção era desfeita para que outra fosse construída. O PGE, que é a base do Vila Viva, corrigiu o problema ao reunir todas as demandas em um único documento, pensando o território como um todo. Ao mesmo tempo, a Prefeitura diz que já conhecia as principais demandas locais pela trajetória de participação popular nos Orçamentos Participativos. Quando questionada sobre o motivo do Aglomerado da Serra ser o piloto do programa Vila Viva, a técnica responde que se trata do maior aglomerado urbano de Belo Horizonte, portanto, a escolha não foi devida à capacidade de organização da população local, como cogitado no item 3.1.

Cabe destacar ainda o conhecimento acumulado pela Urbel e por seus técnicos sobre re-assentamentos de famílias e sobre política habitacional. Esta experiência foi um diferencial no Vila Viva, uma vez que grande parte da intervenção se trata da construção de prédios para substituir moradias precárias ou em áreas de risco. As atividades de construção são acompanhadas pelo grupo da intervenção social, que realiza as atividades do pré e pós morar, que como diz o nome, trata-se de uma etapa de acompanhamento das famílias que serão removidas desde o anúncio das obras (pré-morar) até dois anos após a mudança (pós-morar). Essas atividades preparam os

moradores para a nova forma de convivência, compartilhando um mesmo condomínio. Esta parte educativa é fundamental para pensar o controle social, uma vez que novas regras são internalizadas e a PBH já adianta possíveis conflitos e busca solucioná-los junto aos moradores. Temas complexos e sujeitos a discussões são abordados durante o curso: os moradores que constroem em conjunto a convenção de condomínio e elegem um síndico; cartilhas com direitos e deveres são distribuídas aos moradores dos prédios; há explicação sobre taxas de água e luz, já que muitos pagarão estas tarifas pela primeira vez; o hidrômetro é individualizado. Tudo isso com acompanhamento de técnicos sociais da PBH, monitorando de perto esta transição social – um mês realizam o pré-morar e no outro, o pós-morar- uma vez que a mudança do espaço reflete questões mais profundas como uma nova forma de convivência em grupo e a transferência da informalidade para a formalidade. O lema final da cartilha da PBH *Vivendo em Condomínio* diz: “Agora é com vocês. Viver junto é ser solidário”.

Outra preocupação do Programa Vila Viva, advinda das experiências acumuladas pelos técnicos da Urbel, refere-se ao re-assentamento das famílias: ao invés de trazerem outras pessoas, a preferência para morar nos prédios foi para os próprios moradores do Aglomerado, de modo a preservar os laços de sociabilidade já estabelecidos. Muitas vezes, famílias ou vizinhos formavam um grupo, organizando a mudança para os prédios por iniciativa própria, ao invés de utilizarem a intermediação da Prefeitura, relata uma técnica entrevistada do programa. Na entrevista com moradores, há relatos de que essa combinação de vizinhos não foi cumprida.

Um ponto questionado por uma técnica de segurança pública que trabalhou no local se refere à mobilização social realizada pelo Vila Viva. Segundo ela, as lideranças comunitárias que aprovaram as obras nem sempre eram reconhecidas como lideranças pelos moradores. Em resposta a esta questão, uma fala da Urbel pode ser esclarecedora, quando diz que muitas lideranças convocadas são aquelas que já acionavam a Urbel e que participavam de discussões sobre áreas de risco, portanto, podem ser lideranças diferentes daquelas que se mobilizam pela questão da segurança pública. De toda forma, outros moradores relatam da angústia sofrida com as obras, sem saber a real dimensão do impacto, como expresso adiante no tópico “Vida em Comunidade”, o que reforça a idéia de que as lideranças acionadas pela PBH não conseguiram repassar informações sobre o Vila Viva aos moradores.

## 5.2 - Acesso a serviços / Infra-estrutura

Há resultados claros do programa Vila Viva relatados por moradores e técnicos da PBH que sinalizam acesso dos moradores do Aglomerado a serviços básicos, um fator importante para que no longo prazo a violência seja rompida, no sentido utilizado por Galtung.

Estamos diante da violência em situações nas quais o desenvolvimento efetivo da pessoa no plano físico e espiritual torna-se inferior a seu (possível) desenvolvimento potencial. Desse modo, a violência é definida como a causa da diferença entre realidade e potencialidade (GALTUNG, *apud* MENDEZ, 1998).

Nas entrevistas com os moradores que tinham casas em pontos mais altos do Aglomerado e agora estão próximos à Avenida Mem de Sá, surgem exemplos de melhoria da condição de vida. Há uma moradora que diz estar “pagando a língua” porque não queria morar em prédio “nem de graça”, mas agora percebe que se precisar de atendimento médico, a maca pode chegar até sua porta. Estes moradores relatam que a proximidade com posto de saúde e escola aumentou, bem como a circulação de viaturas policiais, devido às obras de acesso do programa. Este rompimento com barreiras físicas e sociais põe em xeque o pressuposto de que o Aglomerado é um local perigoso para entrar e, a partir daí, é possível pensar no fim da exclusão imposta a estes moradores, à medida que políticas públicas lhe são ofertadas e o mundo formal cresce sobre o mundo informal. Uma moradora do Aglomerado da Serra relata em uma cartilha da PBH:

Com a urbanização está diminuindo o preconceito da cidade com quem mora no morro. Antigamente taxista não subia aqui. Agora até representantes de empresa de produtos de beleza e cosméticos vêm ao meu salão – (Sebastiana da Silva; Cartilha *Vila Viva- Vivendo em Condomínio*, Julho/2010).

Contudo, há também relatos negativos sobre o programa. Segundo uma moradora entrevistada, ela agora se encontra mais distante do comércio e do acesso a serviços públicos, pois saiu de um local próximo ao Bairro Serra para um prédio em rua íngreme, sem nome definido, onde o comércio mais próximo está na parte baixa, junto ao Bairro Santa Efigênia. Relata ainda que com oito meses de entrega, o prédio já apresenta rachaduras na escada e que o teto do banheiro de uma vizinha despencou. Segundo ela, os Correios não chegam ao endereço porque não sabem o nome da rua e

quando os moradores protestam sobre todos os problemas enfrentados, a Urbel não sinaliza nenhuma resposta e diz que o erro é de outra instituição: dos Correios, ou da construtora, que devolvem o problema à Urbel, sem que haja qualquer solução de fato.

Outro problema citado nas entrevistas foi a adaptação de moradores mais velhos à vida em apartamento. Segundo relatos de moradores, quem viveu no interior não se adapta fácil a viver fechado, “entre quatro paredes”, o que teria adoecido várias pessoas.

Houve ainda aqueles moradores que estão insatisfeitos porque não receberam nenhuma intervenção ou o caso de um morador do Beco do Coelho, local onde restaram somente duas casas e onde houve abertura de buraco para alguma obra de infraestrutura. O morador relata que não foi informado sobre esta obra e que agora tem que lidar com o buraco na porta de sua casa. Outro morador resumiu as obras do Vila Viva dizendo que a maior parte do programa foi bom, porém há problemas. Como esses casos são apenas dois em um universo, podem ser pouco relevantes para a PBH, mas representam muito para o morador afetado, como no caso relatado do Beco do Coelho.

### **5.3 - Vida em comunidade**

Um ponto polêmico surgido nas entrevistas se refere aos vizinhos. Todos os moradores entrevistados disseram que escolheram os vizinhos, mas na hora da mudança, outras pessoas é que foram morar no prédio. No início do programa, muitas famílias preferiram a indenização e mudaram para outros bairros, o que provocou alteração nas redes de amizade estabelecidas. Assim, houve rompimento dos antigos laços de vizinhança e um relato de que “toleram-se” os vizinhos atuais, mas a convivência seria limitada e difícil. A vida em condomínio, portanto, é um desafio para os moradores e demonstra que no aglomerado a solidariedade entre os vizinhos é questionável, porque muitos calcularam sua moradia com base na idéia de que menos pessoas num condomínio, melhor. De acordo com a teoria do controle social, o enfraquecimento dessas relações sociais se reflete no baixo controle paroquial, uma variável importante para compreender a facilidade da ocorrência de crimes.

Portanto, o trabalho de acompanhamento dessas famílias pela Prefeitura é primordial. No entanto, quando alguns moradores se sentem insatisfeitos com as obras – devido a rachaduras não consertadas, como relato no tópico anterior – o poder público coloca sua legitimidade de ação em risco, o que pode ainda refletir no terceiro nível de controle social, o denominado controle público. Torna-se claro como a atuação da Urbel

junto aos moradores é o fator principal de sucesso desta política pública, como no trabalho de pré e pós-morar. No tópico sobre o desenho da política, esta percepção será aprofundada.

Na entrevista com jovens protagonistas do Aglomerado da Serra, há o reconhecimento de que o Vila Viva foi cauteloso ao lidar com as famílias que mudariam para os prédios, além de observarem que há mais espaços de lazer e que determinada linha de ônibus circula uma distância maior dentro do Aglomerado, graças à abertura de vias.

Contudo, a preocupação desses jovens com o programa vem desde seu início até a etapa atual<sup>3</sup>, sobre qual o impacto proporcionado. No início do programa, estes jovens relatam a angústia vivida pelos moradores e por eles próprios que não sabiam a dimensão da obra e se continuariam morando onde estavam. Há relatos de que muitos jovens mudaram para outros bairros, o que comprometeu os grupos culturais do Aglomerado e a amizade que possuíam dentro desses grupos. Atualmente, há uma preocupação ainda maior sobre o Vila Viva no que se refere à identidade dos moradores e do Aglomerado após as obras. Um dos jovens relata que percebe outros objetivos da PBH com o programa e que são poucos aqueles capazes de perceber a dimensão dessas mudanças: uma delas, segundo ele, é a ligação das Regionais Centro-Sul e Leste; outra possibilidade que ele levanta é a cobrança de IPTU, uma vez que a favela foi urbanizada; por fim, ele diz ainda que este programa fez com que a PBH retomasse terreno na cidade, à medida que vários locais onde haviam casas, agora são terrenos desocupados e sob o cuidado da Prefeitura. Outra jovem questiona sobre a identidade do barraco, onde ela cria galinha e solta papagaio. Se tivesse que mudar para um “predinho”, estas atividades se perderiam. Além disso, a mudança dos amigos para outros bairros gerou uma distância que nunca mais foi rompida e o fim desta relação de amizade, tão cara a ela.

Neste sentido, estes jovens conseguem ter uma visão complexa sobre o impacto do programa, o que demonstra que uma intervenção urbana está muito além de construções e infra-estrutura: passa por aspectos subjetivos e de identidade coletiva, o que não parece ter sido um fator considerado pela PBH. Através do programa Fica Vivo, no início das obras, estes jovens propuseram um debate com os gestores do Vila Viva, formatando uma peça de teatro chamada “Construir desconstruindo”, quando

---

<sup>3</sup> Entrevistas realizadas em setembro de 2010.

então a PBH tomou dimensão desses impactos subjetivos que o programa proporcionou. Este é um aspecto importante a ser considerado na revisão do desenho da política, como descrito no tópico 5.5.

#### **5.4 - Criminalidade e violência**

As pessoas entrevistadas são unânimes em reconhecer a maior circulação de viaturas policiais após o Vila Viva. No entanto, elas não percebem redução dos crimes após o programa e nem há variação consistente sobre sentir-se mais seguro, a não ser em relação às vias mais iluminadas e abertas ao trânsito (apesar da óbvia necessidade de quebra-molas, porque com as vias pavimentadas, os carros circulam em alta velocidade). Segundo uma das entrevistas, os problemas de criminalidade estariam ligados aos “meninos lá de cima”, referindo-se aos jovens envolvidos no crime que estariam na parte alta do Aglomerado. Para ela, este problema ficou mais distante já que agora ela mora próximo à Avenida Mem de Sá.

O secretário municipal de segurança pública entende que a criminalidade nos aglomerados diminuiu com a implantação do Vila Viva por diversos fatores: maior circulação das viaturas policiais; abertura de vias que expõe o crime no espaço público; recadastramento e acompanhamento das famílias que obrigam os criminosos a se exporem; bocas de fumo que têm de mudar de local com as obras e ficam cada vez mais restritas com aumento de policiamento. Cita um exemplo na Serra de que um posto de saúde ocupou local de antiga boca de fumo. O secretário diz ainda sobre a dificuldade de obter dados oficiais da Secretaria de Estado de Defesa Social, mas afirma que as informações que possui são de redução de 50% nos crimes violentos e 80% nos homicídios. Não há registros de boletins de ocorrência nos prédios novos do Vila Viva, informa o secretário.

Segundo o mesmo entrevistado, o programa Vila Viva foi apresentado ao Ministério da Justiça pela PBH, como política pública a ser financiada pelo Programa Nacional de Segurança Cidadã (PRONASCI), que teria gostado muito da iniciativa e aceitado financiar sua expansão. Contudo, o secretário de estado de Defesa Social, à época, não aceitou a parceria com a Prefeitura e assim, a proposta junto ao PRONASCI não teve continuidade.

Na entrevista com uma ex-técnica da segurança pública que atuava no local, ela questiona se o Vila Viva teria impacto no ponto mais violento do Aglomerado, caracterizado pelas guerras de gangue. O local tinha inclusive o codinome de “Faixa de Gaza”. Lá, a PBH ainda não entrou com obras do Vila Viva, portanto fica difícil perceber se houve impacto do programa na criminalidade violenta. Quando questionada sobre este local, a técnica da PBH relata que não encontraram nenhuma barreira do crime local que chegasse a impedir a obra, apesar de confirmar que nesta Vila a dificuldade da entrada do programa foi maior, porém resolvida.

A entrevista com o comandante da Polícia Militar responsável pelo GEPAR no Aglomerado da Serra, que trabalha no local há cinco anos, contesta a visão do secretário municipal de segurança pública de Belo Horizonte. Segundo o comandante, o Vila Viva certamente teve impacto na vida das pessoas do Aglomerado, uma vez que lhes garantiu mobilidade, dignidade e qualidade de vida. Contudo, ele não consegue associar nenhuma ação do programa com a redução da criminalidade local. Apesar de afirmar que houve melhoria em fatores críticos relacionados à teoria das oportunidades, como maior iluminação e diminuição dos becos, ele diz que não há impacto em crimes como furto e roubo, porque não haveria este tipo de crime no Aglomerado. O crime mais comum no local é o tráfico de drogas e, em sua maioria, possui seu público interno no Aglomerado da Serra, com uma população maior do que de muitos municípios mineiros.

Esta característica da criminalidade local parece ser essencial para a conclusão de que não há impacto das ações do Vila Viva nos crimes do Aglomerado da Serra. Uma possibilidade levantada no início do programa, pelo GEPAR e Fica Vivo, foi de que facções rivais se tornassem vizinhas em um mesmo condomínio. Contudo, “por um acaso”, isto não ocorreu, relata o comandante do GEPAR. À época, os dois programas procuraram formalmente a PBH para conversarem sobre o assunto, mas o comandante relata que não sabe de nenhuma resposta, afinal em nenhum momento a PBH procurou a Polícia Militar para ter informações sobre alvos de gangues ou sobre as facções criminosas locais.

Portanto, apesar das melhorias, o programa – ao menos no curto prazo – não impacta na criminalidade local, segundo os relatos ouvidos. As modificações urbanas trouxeram maior circulação de viaturas e maior cuidado dos moradores com o bairro, conforme relatos de percepção sobre o lixo. Mas estas transformações não tiveram efeito sobre o crime.

Por fim, há um ponto interessante trazido por um dos jovens protagonistas do Aglomerado: com a abertura de vias e remoção de casas nas encostas de risco, a visão que se tem do aglomerado ampliou e agora, a parte baixa enxerga a parte alta e vice-versa. Essa alteração, segundo ele, exigiria que os criminosos melhorassem suas estratégias, o que poderia significar utilizar armas de longo alcance, como ocorre no Rio de Janeiro.

Se houvesse um foco claro no programa sobre redução da violência e da criminalidade no Aglomerado, alguns fatores deveriam ter sido contemplados, numa visão ampliada sobre planejamento urbano. Um desses fatores seria a convocação das lideranças e dos órgãos de segurança pública para pensarem o programa em conjunto, conforme sugestões citadas pelo secretário municipal de segurança pública da PBH, no tópico a seguir denominado “Desenho da política”. Outro fator seria o mapeamento sobre as rivalidades de gangues e seu possível confronto nos condomínios. Conforme a entrevista do comandante do GEPAR, foi um acaso que no Aglomerado da Serra esse confronto não tenha ocorrido. Também na fala da ex-técnica de segurança pública, surge a reclamação da distância do Vila Viva em relação a programas já estabelecidos no Aglomerado, que tiveram que fazer o caminho inverso, ou seja, eles tiveram que procurar a PBH para obter esclarecimentos ou apontar preocupações sobre o programa Vila Viva e seus efeitos na criminalidade local.

### **5.5 - Desenho da política**

Na entrevista com o secretário municipal de segurança pública, ficou claro que o sucesso do programa dentro da Prefeitura também expõe necessidade de mudanças por melhorias. Segundo ele, os setores envolvidos na execução do Vila Viva são a Urbel e a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, devido à exigência do órgão de financiamento de que ações sociais fossem associadas às obras. Contudo a Secretaria Municipal de Segurança Pública tem grande interesse em participar e ampliar o programa, instalando postos policiais nos aglomerados, por exemplo, uma vez que os resultados – não-oficiais – sobre a redução da criminalidade seriam muito bons, ele relata.

O mais importante na visão do secretário municipal, após a experiência inicial do programa, é que haja uma atuação integrada entre os diversos órgãos da Prefeitura para pensarem o Vila Viva, não ficando sob responsabilidade somente da Urbel, já que a intervenção no espaço também impactaria em outras áreas, como na segurança pública,

ele aposta. “O ideal é que a articulação institucional se expanda entre os entes federativos”, afinal cada vez mais o setor público deve pensar na atuação conjunta e em políticas focadas no âmbito local, para que sejam efetivas.

Esta visão do secretário condiz com as falas dos jovens protagonistas sobre impactos na identidade do aglomerado e em aspectos subjetivos dos moradores, à medida que têm suas vidas alteradas pelo Vila Viva no ponto mais básico: o local onde moram, ou seja, o local onde constituem quem são, como são e com quem se relacionam.

Uma visão de planejamento urbano ampliada deve se preocupar com todos estes fatores, portanto sua execução deve ser intersetorial, envolvendo diversos órgãos do poder público (assistência social, habitação, urbanismo, educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento regional, etc) a fim de que os diversos olhares possam se aproximar da complexa realidade. Neste sentido, as instituições do local de intervenção também devem ser todas acionadas, tanto para debater o modelo a ser implementado como para assumir em conjunto com o poder público a responsabilidade de revitalizar espaços e diminuir as vulnerabilidades. Logo, o Fica Vivo, o grupo Pólos Cidadania, o Criarte e outros diversos grupos culturais típicos do Aglomerado da Serra, bem como outros atores com liderança legitimada deveriam ter sido convocados como parceiros do Vila Viva. Esta ação fortalece a legitimidade da PBH junto aos moradores, evitando situações de angústia, como aquelas relatadas pelos jovens, e ajuda na resolução de conflitos, como aquele trazido pelo morador do Beco do Coelho.

## CAPÍTULO 6- CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi levantar, através de entrevistas em profundidade, a percepção dos moradores, agentes públicos que atuam no Aglomerado da Serra e técnicos da PBH se houve algum impacto na dinâmica criminal após a intervenção urbana realizada pelo programa Vila Viva. A conclusão é que, ao menos no curto prazo, não é possível perceber impacto do programa na criminalidade local, refutando a 1ª hipótese. A criminalidade que afeta o Aglomerado é o tráfico de drogas e, segundo a PMMG, os homicídios advindos deste tipo de crime foram reduzidos, especialmente por conta de ações focadas como a repressão qualificada e as ações de prevenção do programa Fica Vivo. Há uma percepção que após o Vila Viva houve aumento da circulação das viaturas policiais, confirmado por todos os entrevistados, o que poderia ter alterado na dinâmica das bocas de fumo, mas não foi suficiente para mudar a percepção dos entrevistados. Logo, a hipótese que a melhoria do acesso aos locais, iluminação e organização das moradias diminui as oportunidades para o crime foi parcialmente aceita, já que o fator contexto local da teoria das oportunidades sofre alteração (maior circulação de viaturas, maior iluminação) contudo, não houve efeito percebido nos crimes.

A ressalva de que não há efeito no curto prazo se deve à expectativa de que no longo prazo, o Vila Viva consiga trazer impactos sobre a criminalidade e violência local à medida que diminui vulnerabilidades e inclui a cidade informal na cidade formal, além de realizar um trabalho educativo no pré e pós-morar, discutindo sobre conviver pacificamente. Estas ações podem se refletir num aumento do controle social nos três níveis: público (maior presença do poder público), paroquial (convivência pacífica entre vizinhos) e privado (impacto indireto do aumento de serviços públicos como educação e saúde nos valores individuais). Portanto, a hipótese, “Remodelagem dos espaços significa acesso a serviços públicos e direitos de cidadania, o que pressupõe maior controle público” não pode ser comprovada no curto prazo, mas se mantém para análises futuras. Houve relatos de maior acesso a escolas e postos de saúde, ou mesmo à coleta de lixo e ônibus, mas não houve percepção de redução da criminalidade.

Outros pontos observados nas entrevistas sobre o Vila Viva se referem às formas de convivência em grupo nos prédios, à entrada de serviços no Aglomerado, à ampliação da oferta de aparatos de política pública (postos de saúde, escolas, creches) como fatores de controle social. Cabe a ressalva de que as diferenças de impressão dos

moradores sobre o programa devem ser cuidadosamente observadas, para que não se criem novas divisões sociais no local, ou entre aqueles que foram bem atendidos e os que enfrentam problemas com o programa. Ou ainda divisões – que já existem, segundo relatos – entre quem mora nos “predinhos” e quem continua nas antigas casas do Aglomerado.

Por fim, a hipótese, “A comunidade local passa a se sentir mais responsável pelo local, impedindo que as degradações retomassem ou que os espaços ficassem esvaziados” não se confirmou em relação aos efeitos sobre o crime e as entrevistas sugerem que a convivência entre vizinhos foi abalada pelo Vila Viva: moradores de um mesmo prédio não se dão bem e antigos laços de amizade foram rompidos pela mudança de bairro após indenização recebida pelo programa.

Neste programa de urbanização de favelas o conceito de planejamento urbano foi limitado às obras de infra-estrutura, regularização fundiária e algumas ações sociais, pouco articuladas com políticas e programas já existentes. Numa concepção ampla de planejamento urbano, entende-se que no território a ser revitalizado, ocorrem todas as relações sociais, portanto, aspectos econômicos, sociais e ambientais devem ser a base de uma ação pública. A constatação de que o Vila Viva deveria se redesenhar num programa intersetorial surge pela fala do secretário municipal de segurança pública e de técnicos locais de segurança pública, interessados em propor ações específicas de segurança junto ao Vila Viva, bem como está no desejo dos moradores entrevistados de que aspectos subjetivos e da identidade local sejam cuidadosamente tratados, pois as obras afetaram todos os aspectos de suas vidas.

Esta constatação é um reforço para que numa revisão do desenho do programa Vila Viva novas parcerias sejam firmadas, especialmente com instituições locais, de modo a compartilhar a responsabilidade pela revitalização do espaço urbano, dentro de um modelo intersetorial que adote ampla visão de planejamento urbano e assim, tenha por base os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

## BIBLIOGRAFIA

BEATO, Claudio; PEIXOTO, Betânia; ANDRADE, Monica. *Crime, oportunidade e vitimização*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2004.

BURSIK, Robert J.; GRASMICK, Harold G. **Neighborhoods and Crime: the dimensions of effective community control**. San Francisco, CA. Lexington Books, 1993.

CRISP. Boletim Informativo: **Programa Fica Vivo: ações simples, resultados efetivos**. Informativo, Ano 1, Nº 5. Fevereiro de 2003.

CRISP. **Diagnóstico Qualitativo do Aglomerado Serra, Vila Nossa Senhora da Conceição, Vila Santana do Cafezal e Vila Marçola**. Belo Horizonte, 2006.

MENDEZ, Emilio Garcia. **Infância e Adolescência na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli do. **Violência e Criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes** [manuscrito]. Dissertação defendida pela UFMG. Belo Horizonte, 2004.

PACTO. **Plano Local de Prevenção à Criminalidade. Núcleo de Prevenção à Criminalidade Serra**, Outubro de 2007.

Prefeitura de Belo Horizonte/ URBEL. **Plano Global Específico (PGE) – Serra**, 2000.

SENASP. **Guia da Prevenção**. Ministério da Justiça: 2005. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BBD0846F4-103A-4CBF-A9D4-304BBB8A2066%7D&ServiceInstUID=%7BB78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745%7D>. Acesso em 17 de junho de 2010.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. *The policie and neighborhood safety – Broken Windows*. **The Atlantic Monthly**, March 1982.

## ANEXO

Formulários utilizados para entrevistas estruturadas.

### I- Formulário para entrevistas com gestores públicos responsáveis pelo programa Vila Viva:

Sobre o programa Vila Viva:

1. Qual o contexto de surgimento do programa Vila Viva?
2. Por que o Aglomerado da Serra foi o piloto?
3. Qual o objetivo do programa?
4. A participação da comunidade foi uma condição do programa?
5. Em qual(s) etapa(s) do programa essa participação ocorreu?
6. Como você avalia essa participação ao longo de cada etapa do programa?
7. O diagnóstico apontou problemas de criminalidade no local? <b>Se sim</b> , o Vila Viva teve alguma ação com foco neste problema? <b>Se não</b> , por que, dada a alta criminalidade no Aglomerado?

Sobre a criminalidade local e impactos do programa:

8. Você já atuava no local antes do programa? <b>Se sim</b> , qual a sua percepção sobre a criminalidade no Aglomerado da Serra antes do Vila Viva?
9. Você percebe alguma mudança no padrão da criminalidade e/ou violência local ao longo do processo de <b>implementação</b> do Vila Viva? Qual?
10. Você percebe alguma mudança no padrão da criminalidade e/ou violência local após a <b>finalização</b> do Vila Viva? Qual?
11. Há relatos da comunidade sobre alguma alteração na criminalidade e/ou violência local?
12. Há relatos da comunidade sobre alterações que ocorreram em suas vidas <u>durante</u> o processo de implementação do Vila Viva?
13. Há relatos da comunidade sobre alterações que ocorreram em suas vidas <u>após</u> o Vila Viva? Exemplifique.

### II- Formulário para entrevistas com comunidade local sobre o Vila Viva:

Sobre programa:

<p>1. Onde você mora?</p> <p>( ) Vila Santana do Cafezal ( ) Vila N.S. Aparecida ( ) Vila N.S. Conceição ( ) N.S. Fátima ( ) Vila Marçola ( ) Vila Novo São Lucas ( ) João Pio de Souza</p>
<p>2. Você conhece o Vila Viva? ( ) sim ( ) não</p>
<p>3. Se sim, você participou do programa? ( ) sim ( ) não</p>
<p>4. Se participou, como?</p>
<p>5. Houve convocação dos moradores para participar do programa? ( ) sim ( ) não</p>
<p>6. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 Ruim e 5 Excelente, qual a nota que você atribuiu ao Vila Viva?</p>
<p>7. O que mudou em sua vida <u>durante</u> o processo de construção das áreas do Vila Viva?</p>
<p>8. E na comunidade?</p>
<p>9. O que mudou em sua vida <u>após</u> o Vila Viva?</p>
<p>10. E na comunidade?</p>
<p>11. Você participa de algum programa ou atividade oferecidos pelo governo (Bolsa-família, Pro Jovem, cursos de capacitação, etc)? ( ) sim ( ) não. Qual?</p>
<p>12. Se sim, o Vila Viva teve alguma interferência nesta participação? ( ) sim ( ) não</p>
<p>No ano 2004, você tinha acesso a:</p> <p>13. <b>Posto de saúde?</b> ( ) sim ( ) não.</p> <p>Se sim: ( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou</p> <p>Se não, hoje você tem acesso?</p> <p>14. E <b>escola?</b> ( ) sim ( ) não.</p> <p>Se sim: ( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou</p> <p>Se não, hoje você tem acesso?</p> <p>15. <b>Lazer?</b> ( ) sim ( ) não.</p> <p>Se sim: ( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou</p> <p>Se não, hoje você tem acesso?</p> <p>16. <b>Ônibus?</b> ( ) sim ( ) não.</p> <p>Se sim: ( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou</p> <p>Se não, hoje você tem acesso?</p> <p>17. <b>Moradia?</b> ( ) sim ( ) não.</p> <p>Se sim: ( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou</p>

Se não, hoje você tem acesso?

**Saneamento?** ( ) sim ( ) não.

Se sim: ( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou

Se não, hoje você tem acesso?

Sobre a criminalidade local:

18. Após o Vila ViVa, caminhando no seu Bairro você se sente:

19. ( ) mais seguro ( ) igual segurança ( ) menos seguro

20. Após o Vila ViVa, de uma maneira geral, como está a segurança do seu Bairro?

21. ( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou

22. Havia reivindicação dos moradores por melhorias no Bairro, antes do Vila Viva?  
( ) sim ( ) não

23. Se sim, cite as 3 reivindicações mais importantes que foram atendidas com o programa:

1. \_\_\_\_\_; ( ) sim, totalmente ( ) sim parcialmente ( ) não

2. \_\_\_\_\_; ( ) sim, totalmente ( ) sim parcialmente ( ) não

3. \_\_\_\_\_; ( ) sim, totalmente ( ) sim parcialmente ( ) não

24. Após o programa, o cuidado dos moradores com o Bairro:

( ) melhorou ( ) continua igual ( ) piorou

Antes do programa,

25. Havia **lixo** pelas ruas do Bairro? ( ) sim ( ) não.

26. Havia **lotes** vagos e sujos? ( ) sim ( ) não.

27. Havia **becos escuros** no Bairro? ( ) sim ( ) não.

Como é depois do programa:

28. Há lixo pelas ruas do Bairro? ( ) sim ( ) não.

29. Há lotes vagos e sujos? ( ) sim ( ) não.

30. Há becos escuros no Bairro? ( ) sim ( ) não.

31. Antes do Vila Viva, como era a criminalidade no seu Bairro?

( ) baixa ( ) alta ( ) nem baixa nem alta

32. Após o Vila Viva a criminalidade no seu Bairro?

( ) aumentou ( ) continua igual ( ) diminuiu

**III- Formulário para entrevista com profissionais da segurança pública que atuam localmente:**

Sobre o programa:

1. Você conhece o Vila Viva? Desde qual etapa?
2. Você acredita que o programa trouxe melhorias pro Aglomerado Serra? De que tipo?
3. Você foi convocado para participar de alguma etapa do programa? ( ) sim ( ) não
4. Houve abertura da Prefeitura junto à sua instituição esclarecendo sobre as intervenções que ocorreriam no programa Vila Viva? ( ) sim ( ) não
5. Você percebe se houve participação ativa dos moradores no programa? ( ) sim ( ) não
6. Havia convocações da Prefeitura junto aos moradores esclarecendo sobre as intervenções que ocorreriam? ( ) sim ( ) não
7. Você percebeu preocupação do programa Vila Viva com o problema da criminalidade no Aglomerado da Serra? ( ) sim ( ) não. Detalhe.

Sobre a criminalidade local:

1. A facilidade de circulação de viaturas policiais aumentou? ( ) sim ( ) não
Houve melhorias:
2. Na <b>iluminação</b> ? ( ) sim ( ) não. Se sim, isso impactou na ocorrência de crimes? De qual tipo?
3. <b>Becos</b> ( ) sim ( ) não. Se sim, isso impactou na ocorrência de crimes? De qual tipo?
4. <b>Lotes vagos</b> ? ( ) sim ( ) não. Se sim, isso impactou na ocorrência de crimes? De qual tipo?
5. Houve mudança na localização das bocas de fumo por causa do Vila Viva? Como isso se deu? Houve conflitos?
6. Houve alteração nos limites de gangue após o Vila Viva? Como isso se deu? Houve conflitos?
7. Houve alteração no tráfico de drogas após o programa? Como isso se deu? Houve conflitos?
8. Qual o tipo de criminalidade mais comum no Aglomerado da Serra?
9. Você avalia que houve impacto do Vila Viva sobre este tipo de crime? <b>Se sim</b> , como? <b>Se não</b> , por quê?
10. Houve impacto do programa em outro tipo de crime? <b>Se sim</b> , qual?
11. Como o programa impactou neste tipo de crime? <b>Se não impactou</b> , por quê?